

## CONEXÕES INSTÁVEIS:

### A TEORIA DA SOLIDARIEDADE GLOBAL PROVISÓRIA

Marcelo Coutinho<sup>1</sup>

#### Resumo

Este artigo apresenta uma proposta teórica para o estudo da política internacional, baseada na definição de solidariedade por interdependência, para então explicar a guerra e a estabilidade no sistema internacional, especialmente a nova guerra fria já em andamento entre EUA e China. A denominada teoria da solidariedade global provisória (SGP) articula conceitos sociológicos bastante consolidados, de Durkheim a Bauman, com uma longa tradição teórica da política internacional, tanto nas correntes positivistas quanto nas pós-positivistas, para descrever um conjunto de relações cada vez mais instáveis que se estendem até às relações internacionais como um todo a partir de transformações no comportamento humano, provocadas pelas novas tecnologias digitais disruptivas. No decorrer da sua argumentação, o artigo traz vários exemplos históricos em que a teoria pode ser aplicada.

#### Palavras-chave

Política internacional; teoria das relações internacionais; guerras; guerra fria; estabilidade do sistema internacional; solidariedade global provisória, tecnologias disruptivas.

#### Abstract

This article presents an innovative theory of international politics, based on the definition of solidarity through interdependence, to then explain the war and stability in the international system, especially the new cold war already underway between the USA and China. The so-called provisional global solidarity theory (PGS) articulates well-consolidated sociological concepts, from Durkheim to Bauman, with a long theoretical tradition of international politics, both in positivist and post-positivist currents, to describe a set of increasingly unstable relationships that extend to international relations as a whole from transformations in human behavior, brought about by the new disruptive digital technologies. In the course of its argument, the article provides several historical examples in which the theory can be applied.

#### Keywords

International politics; international relations theory; wars; cold war; international system stability; provisional global solidarity; disruptive technologies.

---

<sup>1</sup> Marcelo Coutinho é Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.  
E-mail: prof.marcelo.coutinho@gmail.com

## 1. Introdução

Tropas russas fazem mobilização militar surpresa com mais de 150 mil soldados no seu flanco sudoeste, em função da escalada de conflitos entre sua aliada Armênia e o Azerbaijão. A OTAN responde com exercícios militares na Ucrânia. Vinte soldados são mortos na fronteira entre China e Índia. Tensões crescentes levam os dois países a acumularem tropas, tanques, artilharia e trincheiras nas proximidades do vale Galwan, em Ladakh. Pequim aumenta as pressões sobre Hong Kong e assedia a pesca e os hidrocarbonetos em águas da Indonésia, Brunei, Malásia, Vietnã e Filipinas. Exercícios navais americanos nesses mares, apoiados por esses últimos países, irritam o dragão chinês, bem como exercícios conjuntos da grande potência ocidental com a marinha indiana. Em claro desafio às sanções de Washington, Irã e China negociam acordo petrolífero bilionário e estreitam laços militares. Acordos semelhantes chineses são costurados também com o Paquistão e o Afeganistão. Os americanos ampliam as sanções às empresas chinesas e alguns funcionários, bem como aos russos e ao próprio Presidente da Chechênia, Ramzan Kadyrov, aliado de Moscou.

Conflitos, tensões e boicotes assim, no Cáucaso, no Oriente Médio, em Caxemira, no mar da China, Oceano Índico e em outras partes do mundo não representam nenhuma novidade fundamental na história das relações internacionais. São conhecidas regiões que convivem com a instabilidade, envolvendo atores locais e potências mundiais. Muito menos nova é a influência das eleições presidenciais nos EUA no aumento dessas tensões, ainda mais quando um Presidente na Casa Branca corre sério risco de não conseguir a reeleição e, por esse motivo mesmo, precisa urgentemente demonstrar força internacional com a expectativa de que os conflitos externos possam tirar a atenção da população para fracassos internos do governo, na tentativa, assim, de gerar algum tipo de proveito ou apoio eleitoral. Pois esse é exatamente o caso agora de Trump em fim do seu primeiro mandato. No entanto, há algo novo nessa paisagem internacional, que vai muito além de quaisquer veleidades populistas ocasionais de mandatários políticos, e dos tradicionais jogos de poder, sem consequências militares maiores, entre as potências globais no pós-Guerra Fria. Os membros do Partido Democrata do Comitê de Relações Exteriores do Senado americano publicaram um relatório com o título: “O novo big brother – A China e o autoritarismo digital” (FOREIGN RELATIONS, 2020), mostrando o quanto esse é um assunto fundamental e suprapartidário nos EUA.

Neste artigo, buscarei apresentar uma proposta teórica da política internacional, baseada no conceito de solidariedade provisória que tenho desenvolvido ao longo dos últimos anos (COUTINHO, 2020a 2020b). A meu ver, ocorreram nas últimas décadas mudanças estruturais na forma como os Estados, as organizações e os indivíduos se relacionam. E essas mudanças estão associadas, globalmente, às transformações observadas nos laços políticos, econômicos e sociais entre os atores internacionais. A hipótese central da minha teoria é a de que uma verdadeira revolução tecnológica, desde o final do século XX, não só ampliou muito os contatos e trocas transfronteiriças e sociais como também, numa aparente contradição, já fez diminuir a solidariedade no mundo, produzindo relações internacionais cada vez mais vulneráveis. A combinação entre redes digitais e inteligência artificial vem estabelecendo conexões instáveis em todos os níveis, de maneira progressiva dentro das sociedades, porém de consequências ainda

mais graves para a estabilidade internacional e o desenvolvimento sustentável. O artigo está dividido em três partes, seguidas de uma conclusão. Na primeira parte, apresento a teoria da solidariedade global provisória (SGP), e nos dois tópicos posteriores do texto, analiso os efeitos das mudanças observadas na esfera solidária sobre a estabilidade internacional e as grandes guerras, respectivamente.

## 2. A teoria e seus pressupostos

A teoria que proponho é a de que existe uma relação inversamente proporcional entre as conexões globais e a solidez dos vínculos sociais e internacionais no mundo. Isto é, verifica-se já num tempo suficientemente grande o aumento das interações entre os atores sociais e estatais a partir da globalização contemporânea, e mais exatamente após a popularização das tecnologias digitais e disseminação das redes eletrônicas pelo mundo todo. A revolução digital complementada mais recentemente com o advento da inteligência artificial apresenta uma verdadeira disrupção tecnológica com impacto em forma de novos padrões de comportamento e de relacionamento humano (LEE, 2019 e MBEMBE, 2016 e BOLTRON, 2019). Tais tecnologias aprofundam o que Bauman (2007) chama de modernidade líquida, tornando todas as relações humanas impermanentes. A essa inconstância relacional, acrescento ainda uma queda na empatia, já verificada em estudos sobre a mente humana (TURKLE, 2012), bem como uma correspondente diluição dos laços de solidariedade entre as pessoas, que estendo também aos estados nacionais (COUTINHO, 2020b).

Quando o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Mark Esper, diz que a China “está mais agressiva, com centenas, milhares de mísseis apontados para Taiwan”, e que o líder chinês, Xi Jinping, levou a situação a outro nível”, mostrando hoje com maior clareza suas reais intenções, o secretário americano não exagera com relação ao rival asiático e nem está fazendo apenas mais um discurso forte. Do mesmo modo, quando o Secretário de Estado americano, Mike Pompeo, acusa Pequim de expansionismo marítimo no mar da China, reafirmando que Washington não reconhecerá as ilhas artificiais e militarizadas chinesas ali construídas, não está apenas fazendo uma declaração bombástica com deslocamento de porta-aviões. São ameaças de fato, seguidas de ações concretas e acordos militares. A China expande muito mais do que comércio com a sua nova rota da seda. Ela própria assume suas pretensões geopolíticas. E os EUA não estão dispostos a aceitarem que os “valores chineses” venham a dar “as cartas no futuro”, levando, assim a uma competição aberta no sistema internacional, como não se via semelhante desde a Guerra Fria entre os EUA e a então União Soviética (FOLHA PRESS, 2020).

Diferentemente das teorias gerais da política internacional, em sua maioria de nível sistêmico desde os anos 1970, a teoria da solidariedade global provisória (SGP) que ora apresento parte do nível individual da análise, considerando a já clássica divisão dos níveis indivíduo, unidade e sistema (WALTZ, 2004 e SINGER, 1961). Ou seja, a teoria parte do pressuposto de que são as pessoas que tomam as decisões que geram efeitos causais, ainda que estes efeitos depois recaiam também sobre elas em forma de estrutura. Autores de correntes de análise tão

diferentes como Waltz (1979), Keohane (1982) e Wendt (1999), que dominaram parcela maior do debate internacional na área, têm em comum uma abordagem estruturalista, no sentido de que acreditam ser possível elaborar uma teoria da política internacional apenas por intermédio da estrutura do sistema internacional, seja ela de natureza material, institucional ou cultural. As teorias pós-estruturalistas das relações internacionais evidentemente não concordam com esse pressuposto. Porém, em que pese terem enriquecido o debate com inúmeros pontos de vista compreensivos, tampouco apresentaram uma teoria da política internacional que pudesse se contrapor às teorias chamadas de positivistas. Sendo assim, a SGP se apresenta como uma possibilidade para uma explicação da política internacional a partir dos indivíduos que a compõem, sem que isso incorra em reducionismo teórico, como sempre criticaram os estruturalistas, ou em racionalizações impossíveis de se sustentarem teoricamente no mundo de fluxos indeterminados como acreditam os pós-modernistas.

Do mesmo modo, as grandes teorias de política internacional partem do pressuposto de que o Estado ou a unidade política é o ator principal do sistema e sua unidade de análise (COUTINHO, 2012). Ainda que a teoria da SGP não seja incompatível com isso, podendo perfeitamente funcionar dentro desse pressuposto corrente na área, o Estado é em grande medida uma abstração ou uma construção social, isto é, ele só existe a não ser a partir da criação humana, sendo então reflexo ou consequência dela. Em que pese desdobramentos factuais e implicações teóricas, ainda assim o Estado é uma abstração (WENDT, 1999). Já as pessoas são concretas. Ainda que sejam cercadas de muita subjetividade, ao menos forma uma base real para uma teoria que pretenda também ser uma reprodução ou representação mais próxima possível da realidade observada. São pessoas que tomam decisões quando são chefes de Estado e parlamentares. São pessoas que assessoram líderes. São pessoas de carne e osso que vão à guerra, protestam, negociam ou quebram acordos. Ainda que haja uma lógica política maior que as pessoas individualmente, e ainda que haja um sentido da história e do poder acima das biografias e idiossincrasias pessoais, no final das contas são homens e mulheres que tomam as decisões, tanto as que mantêm apenas as mesmas estruturas de sempre, quanto as que promovem as mudanças. Por isso, sugiro uma abordagem centrada no indivíduo, e que possa se estender à unidade, mantendo sua coerência teórica. Os Estados são mais do que a soma dos indivíduos que o compõem, mas também estabelecem laços de solidariedade e estão sujeitos às mesmas mudanças trazidas pela tecnologia, segundo o próprio axioma desta teoria.

Já com respeito ao pressuposto da racionalidade dos atores, é preciso falar um pouco mais sobre como funciona a mente humana, porque isso também está diretamente ligado à teoria da SGP. Já há uma vasta e antiga discussão sobre as motivações racionais e não racionais dos atores em relações internacionais que não pretendo reproduzir aqui, pois isso já foi exaustivamente feito pela literatura especializada (SNYDER et al, 1954; ROSENAU, 1966; e SPROUT, 1956). A principal divisão entre as abordagens positivistas e pós-positivistas no campo das relações internacionais também é justamente quanto à racionalidade. Os primeiros trabalham com decisões racionais como um pressuposto, e os segundos não acreditam nela (COUTINHO, 2012). Do modo como conceituo o problema é possível não só compatibilizar as duas posições como inseri-las em um mesmo enquadramento analítico. Porém, para isso é preciso, mais uma vez, lançar mão de conhecimentos sobre como funciona a mente humana realmente. Segundo a neurociência, o nosso cérebro tem um lado racional e outro emotivo; um lado que computa



informações e outro que dá a ele valores maiores, baseado em crenças, sentimentos, aspectos psicológicos, biográficos e percepções variadas (STEIN, 2008). Esses estudos neurológicos concluem que uma decisão é, na verdade, um conflito entre razão e emoção, não havendo, assim, portanto, motivo para excluir um dos lados como pressuposto. Racionalista e antirracionalistas estão certos, apenas olham para uma parte da mente humana e do seu processo decisório. Sendo assim, há motivos que só reforçam a necessidade de entender a solidariedade de uma maneira mais compreensiva, relacionando dimensões racionais e não racionais, individuais e coletivas. Não há contradição nisso, ou se há ela é própria da realidade que se quer entender.

Há uma relação complexa entre consciência coletiva e individual que baseia o conceito de solidariedade com o qual trabalho, combinando elementos das teorias de Durkheim (2007) e Bauman (2007). Segundo a visão durkheimiana, a modernidade industrial elevou a consciência do indivíduo, criando uma coesão social a partir de laços de interdependência, por intermédio dos quais se desenvolve uma nova consciência coletiva orgânica. Embora trabalhe com a consciência coletiva, Durkheim salienta o papel cada vez maior assumido pelo indivíduo na definição desta. Já a modernidade líquida transforma tudo em algo inconstante. Combinando as duas visões, temos então o conceito de solidariedade provisória, que guarda características da solidariedade por interdependência com uma natureza impermanente das relações sociais. Já desenvolvi um artigo em profundidade que trata exclusivamente dos conceitos de solidariedade na literatura, como tais conceitos evoluem e se interrelacionam até chegar à discussão sobre política internacional que é justamente o propósito deste artigo agora (COUTINHO, 2020a e b). Tais laços instáveis da solidariedade seriam oriundos não só do consumismo, mas precisamente da interatividade digital trazida pelas novas tecnologias. E neste ponto fica clara a necessidade de ir além do individualismo metodológico racionalista, sem, contudo, romper com ele, assumindo apenas a perspectiva coletivista durkheimiana e sua sociologia da ordem.

A psicóloga da personalidade, Sherry Turkle (2012), afirma que o predomínio dos contatos virtuais na era digital nos desumaniza, acabando com a empatia entre as pessoas e instituindo uma sociedade sem vínculos ou com menos vínculos de pessoas que fogem obsessivamente do tédio. Há, portanto, estudos que associam diretamente a digitalização com a dissolução da solidariedade a partir de processos mentais individuais que se alastram por toda a sociedade. Em poucas palavras, a interação social mediata pelos aparelhos eletrônicos cria indivíduos tão racionalizantes quanto mais insensíveis ou com menos compaixão, isto é, que têm cada vez mais dificuldade de se colocarem no lugar dos outros, destruindo no limite os laços sociais que os unem. Está aí combinação de elementos neurológicos dos comportamentos racionais e emotivos. A tecnologia conduz a ambos, constituindo indivíduos mais autônomos em suas decisões dirigidas pela racionalidade do auto-interesse, mergulhados numa consciência coletiva solidária ainda real, porém, frágil.

A solidariedade provisória é um traço cultural da modernidade líquida ou da pós-modernidade. Esse traço cultural eleva indivíduos racionais e egoístas, tornando, assim, perfeitamente possível combinarmos o pressuposto da racionalidade dos atores com uma visão inserida no contexto social mais amplo, ou mesmo na anarquia que caracteriza outro pressuposto bastante comum no estudo da política internacional. Se há motivos para pensarmos em uma solidariedade provisória em contextos nacionais. Há motivos ainda maiores para analisarmos a política

global a partir dela, uma vez que no mundo não há uma estrutura hierárquica centralizada como um Estado sobre os Estados, como também não há laços tão firmes entre as suas unidades políticas autônomas, embora a globalização aprofunde a dependência mútua que alimenta a solidariedade em todos os níveis de análise, bem como gere problemas crescentes de ação coletiva, inclusive decisões conjuntas bem pouco racionais atreladas às decisões racionais de cada parte. Podemos dizer, portanto, que a teoria da SGP oferece uma saída analítica no mínimo interessante para reunir diferentes vertentes paradigmáticas, senão como síntese dessas, ao menos como uma maneira de ir além das suas divisões convencionais, já muito bem conhecidas na área e que tem levado a infinitas polarizações.

A solidariedade orgânica de Durkheim encontra dificuldade em interpretar o mundo hoje marcado por diferenças que extrapolam a divisão do trabalho. As diferenças atuais não se resumem às funções que as pessoas exercem, e sim ao que elas são ou pensam ser. A especialização funcional não dá conta de explicar por que, afinal, a sociedade ainda se mantém coesa. A consciência individual não obedece às demarcações de classe e não tem sequer mais fronteiras nacionais rígidas. As religiões no Ocidente que mais crescem são justamente aquelas que dizem: “você escolhe seu destino”, “colhe o que plantou”. As identidades que reúnem as pessoas podem ser as mais variadas, de time de futebol aos “pets” de estimação. Os tipos de solidariedade mais conhecidos pela sociologia eram permanentes, cada um à sua época. Agora, no mundo global, a solidariedade é provisória. Tudo hoje parece mais transitório e passageiro, sem espaço para instituições e laços sociais duradouros, ainda mais quando se trata da política internacional. E talvez não haja outra maneira melhor de entender o mundo contemporâneo que não a partir de um conceito que insere a maneira como os atores globais se relacionam no desenvolvimento histórico da modernidade mediado pelas mudanças tecnológicas.

A controvérsia está instalada em torno das chamadas “tecnologias do espírito” numa era digital com inteligências artificiais. O filósofo francês Bernard Stiegler (2019) organizou uma rede de intelectuais muito crítica da indústria da informação, na qual o capitalismo supostamente assumiria sua forma autodestrutiva, a partir do comportamento instintivo de consumidores e especuladores. Stiegler compreende que a expansão das máquinas cria uma sociedade automática “curtoprazista”, levando a humanidade a sentir menor prazer pelo conhecimento e pela própria vida. O fundador do Centre Georges-Pompidou e da Ars Industrialis defende, então, uma política capaz de recuperar a alma humana. Recentemente, Elon Musk, líder de empresas importantes como a Tesla Motors, chegou a sugerir que os seres humanos se fundam às máquinas como híbridos ou ciborgues para poderem sobreviver aos tempos que estão a caminho, do contrário irão se tornar irrelevantes. Na mesma direção, acadêmicos de correntes distintas como Achille Mbembe (2016) e Yuval Harari (2019) também antecipam cenários de pós-humanismo bastante ameaçadores. Não há como desconsiderar os efeitos dessas mudanças profundas já exaustivamente examinadas no âmbito das relações cotidianas (BOLTRON, 2019, HARARI, 2018 e LEE, 2019) também sobre as relações internacionais (COUTINHO, 2020b).

As tecnologias no capitalismo global definem os indivíduos e as identidades. Remodelam culturas nacionais, que para muitos construtivistas como Wendt (1999) são de origem aleatória, ou fruto de processos históricos indeterminados, como supõem os pós-estruturalistas. As tecnologias mudam a economia, as classes e as relações sociais. E no final diluem a solida-

riedade em todos os níveis, alcançando, assim, o sistema internacional, mas somente por meio dos padrões de solidariedade, sem os quais a política internacional não pode ser compreendida. Material bélico, recursos econômicos, populacionais ou mesmo naturais não são nada sem as tecnologias que as organizam. Porém, só o padrão de solidariedade é que dá sentido social a esses elementos da vida, podendo fazer com que eles signifiquem ameaça ou segurança, sabotagem ou apoio, guerra ou paz, desenvolvimento ou pobreza. A digitalização e redes de inteligência artificial constituem uma solidariedade provisória, mas ela mesma, uma vez criada, assume protagonismo, vida social auto-organizável, e acaba dando sentido também à própria inovação tecnológica que a fomentou. A solidariedade define o significado assumido pelas instituições que informam os indivíduos. O tratado de não proliferação nuclear, por exemplo, significa uma coisa ou outra, a depender não exatamente da tecnologia em si, mas dos seus efeitos sociais sobre a solidariedade, esta sim, capaz de tornar esse tratado algo real ou utópico, um regime internacional de baixa ou alta eficácia. Porque é o padrão de solidariedade que no final das contas define as verdadeiras regras do jogo. As tecnologias mexem com a mente humana que mexe com todo o resto mediante os laços de solidariedade desenvolvidos. Em resumo, até mesmo a mais poderosa das bombas só pode ser interpretada dentro de um relacionamento entre os Estados, e seus laços de solidariedade, assim como o mais rico empreendimento só pode ser entendido dentro de uma relação entre as organizações e os indivíduos, a partir dos vínculos de solidariedade estabelecidos entre eles. Do contrário, a capacidade de esclarecer de fato a política internacional e orientar o seu estudo diminui consideravelmente.

### **Solidariedade e estabilidade internacional**

As armas podem ser guardadas por décadas, ou podem ser usadas, movimentadas com propósito de guerra e pressionar inimigos. As reservas financeiras podem ser igualmente guardadas ou usadas e até mesmo emprestadas. Se o acúmulo de armas e a concentração de riquezas por si só significassem maiores tensões na política internacional, então o mundo de vinte anos atrás seria muito menos seguro ou mais instável do que o mundo de cinquenta anos atrás. Mas, na verdade, todos analistas internacionais devem concordar que o número de guerras efetivas e, mais importante, as chances de guerras convencionais eram vinte ou dez anos atrás bem menores do que há cinquenta ou quarenta anos antes. O que torna o mundo mais instável ou inseguro não é a proporção ou a divisão do poder pura e simplesmente, mas o sistema que organiza as relações internacionais. Sobre isso inclusive já há uma vasta literatura especializada que vai de neorealistas (WALTZ, 1979) a construtivistas (WENDT, 1999), incluindo todo tipo de teoria híbrida ou multivariável, que combina aspectos materiais e percepções (GLASER, 2010). Há um quase consenso de que os recursos disponíveis só têm algum significado analítico quando inseridos no tipo de relacionamento envolvido entre os Estados, pois tais recursos nas mãos, por exemplo, dos EUA podem representar uma coisa para a Inglaterra ou o Brasil, e outra bem diferente para a China ou a Rússia. O que faz tais recursos serem mantidos ou efetivados não é exatamente o equilíbrio de poder nem os regimes internacionais que os arbitram em fóruns especializados, nem tão pouco uma ideia vaga de cultura internacional, mas, sim, o padrão de solidariedade vigente.

A discussão sobre a solidariedade no estudo da política internacional remonta às teorias idealistas (KNOCK, 1995) e aos solidaristas da Escola Inglesa (DUNNE, 2012, BULL, 1977 e WIGHT, 1977), correntes que tiveram um papel importante ao longo do século XX. Nelas, há uma grande carga normativa, sendo a solidariedade algo mais desejado do que observado. O maior conceito solidário no século passado em matéria de política internacional talvez tenha sido o da segurança coletiva, instituído desde a Liga das Nações, quando um é agredido, todos se sentem agredidos e respondem em conjunto. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) nos mostra bem a distância entre o ideal de solidariedade e a complexidade da política internacional. Na Guerra das Malvinas em 1982, entre governos de direita aliados, os EUA não ficaram ao lado dos argentinos, mas dos ingleses. Prevaleceu, assim, não o TIAR, mas os interesses de outros laços de solidariedade mais estratégicos e antigos na OTAN, demonstrando com isso os limites ou pelo menos as contradições por detrás do conceito de segurança coletiva capitaneado pelos próprios americanos desde Woodrow Wilson.

Diferentemente da tradição teórica idealista ou solidarista da sociedade internacional, argumento que os laços de solidariedade não são apenas ideais a serem buscados ou prescritos. Mais do que isso. Ao longo do tempo, os padrões de solidariedade têm afetado diretamente a estabilidade do sistema internacional de maneira ampla, bem como a estabilidade de relações bilaterais e regionais. A teoria da SGP procura outra origem causal da solidariedade sobre a estabilidade, atrelada à interdependência crescente no mundo global, que se inicia no século XIX, mas que assume uma dimensão ainda maior ao final do século XX. Ou seja, a solidariedade aqui tratada tem mais relação com a teoria sociológica de Durkheim, com os pluralistas da ciência política (NYE e KEOHANE, 2011) e com as visões da economia política internacional (FRIEDEN, 2006) do que com as teorias normativas. Portanto, da maneira como é aqui concebida a solidariedade, mais do que uma proposta, ela é um traço já há muito tempo real que pode ajudar a explicar variações importantes já existentes na estabilidade internacional, inclusive quanto as contradições da solidariedade acontecem.

A solidariedade por interdependência é característica do mundo contemporâneo. Em grande medida, ela está ligada ao processo de globalização (COUTINHO, 2020b). De que modo, então, uma constante crescente poderia explicar instabilidades variáveis como as grandes guerras do século XX? Ou mesmo a escolha americana, por exemplo, por apoiar os britânicos na Guerra das Malvinas? O primeiro passo para responder a essas perguntas é compreender que a solidariedade - como definida aqui, *como laço de empatia ou de atração social recíproca em relações de dependência mútua* – não é linear e binária, porém muito mais complexa do que uma dicotomia, onde se tem ou não tal vínculo. A solidariedade é antes de tudo um fenômeno histórico-sociológico, que assume aspectos diferentes no período antigo e moderno, tal como, Durkheim classificou a solidariedade mecânica e orgânica.

As guerras aconteciam no mundo pré-capitalista porque havia laços que uniam unidades políticas contra outras, em função do soberano legitimado pela fé, responsável por dizer quais eram os interesses de todos que compartilhavam a sua consciência coletiva. E as guerras continuaram acontecendo na era moderna capitalista também por causa de tais laços, mas de uma maneira muito diferente. Pouco a pouco, a consciência coletiva deixou de ser amalgamada pelo Rei soberano e passou a se organizar em torno do nacionalismo, um novo tipo de



solidariedade doméstica em tempos cada vez mais individualizantes. Isto é, com as sociedades modernas capitalistas, indivíduos cada vez mais autônomos encontraram coesão social na interdependência, no fato de eles existirem como microunidades integradas em um novo sistema complexo de relações. Dito de maneira mais simplista, o padeiro se solidariza com o leiteiro, porque ambos vendem pão e leite a quem também se solidarizam como consumidores. Em termos internacionais, à medida que avança a globalização, um país, por exemplo, que produz aço depende de outro que produz carvão, e juntos se solidarizam num bloco econômico porque assim veem seus interesses e destinos entrelaçados. Os indivíduos não entram mais numa guerra em solidariedade ao Rei, mas em solidariedade a eles mesmos, dentro de um sentimento que gera a fraternidade nacional e depois, além dela, em vínculos que vão se (re)criando ao longo do tempo e extrapolando as fronteiras, como a própria ideia de União Europeia ou mais ainda de Ocidente, ou mesmo de Nações Unidas.

A solidariedade não explica por que os homens fazem guerra ou são motivados a isso. Provavelmente, haja mesmo um impulso por poder e riqueza próprio da natureza humana egoísta tanto quanto a empatia que gera compaixão. Ambos aspectos convivem e permanente conflito tenso. O que a solidariedade ajuda a entender é quando prevalece um aspecto sobre o outro. A teoria é que a queda nos laços solidários ou o desenvolvimento de solidariedades fragmentadas desestabiliza as relações, tornando possível um confronto violento porque quando não há uma reciprocidade benigna resta apenas o hobbesianismo ou o darwinismo internacional. No mundo pré-vestfaliano, há o predomínio pleno da solidariedade mecânica. Nesta época, quase não há solidariedade entre os povos, a não ser de caráter religioso, e mesmo assim era comum a violência entre cristãos ou entre muçulmanos eles próprios. No sistema internacional moderno, desenvolve-se a solidariedade orgânica que, como mostra Durkheim (2007), passa a predominar após a revolução industrial. Podemos dizer inclusive que a solidariedade orgânica é o padrão consolidado pelo processo de globalização. Ambos têm em comum justamente a interdependência. O mundo global é um mundo que enfraquece os laços de solidariedade doméstica vis-à-vis a solidariedade internacional crescente, fomentando, desse modo, mais estabilidade do que antes, mas não sem antes enfrentar uma transição conturbada. Os institucionalistas veem, portanto, apenas a superfície das relações internacionais, pois as instituições só conseguem estabilizar a ordem quando estão alicerçadas em laços de solidariedade. Esse ponto merece mais atenção.

Segundo Keohane (1982), ao tornar mais previsível o comportamento dos atores, os regimes internacionais informam a eles o que fazer ou não fazer, e estabilizam o sistema, ao menos naquela *issue area* de política em questão. Ao contrário do que imagina a Escola Inglesa, para os neoinstitucionalistas, as regras são criadas porque os atores são egoístas no jogo político e não porque compartilham valores ou interesses simplesmente. Os atores precisam de instituições que arbitrem seu comportamento porque sabem que, sem elas, todos acabam se matando ou gerando resultados sub-ótimos. Essa visão institucional nova representa uma ruptura com as teorias comportamentalistas, entre as quais o idealismo e até mesmo a Escola Inglesa, pois as instituições passam a ser vistas como elementos externos que restringem o comportamento e não o contrário, fruto da cultura a qual obedece. Com o tempo, na verdade, as instituições criam também novas preferências e identidades assim como podem alimentar uma cultura solidária (STEINMO, 1992 e COUTINHO, 2008). No entanto, ao mesmo tempo em que os neoinstitucionalistas avançam sobre o conhecimento da ação, esclarecendo, afinal, porque

as escolhas racionais podem resultar em fracassos coletivos, também obscurecem o lado solidário dessa mesma história. O efeito institucional se dá sobre uma base de solidariedade, que ao fim acaba por definir o caminho que as instituições vão percorrer e o seu grau de êxito em informar o comportamento. Portanto, as instituições não dependem de valores compartilhados para funcionarem, como pressupõe a Escola Inglesa. Elas muitas vezes são criadas para darem conta justamente de valores e interesses divergentes. Porém, as instituições funcionam de um jeito ou de outro a depender do padrão de solidariedade predominante. O TIAR, por exemplo, não garantiu o apoio americano à Argentina na Guerra das Malvinas não por falta de valores ou interesses comuns entre as nações, mas porque havia um laço de solidariedade ainda maior com os britânicos que fez prevalecer institucionalmente a OTAN. Vale lembrar que foi uma decisão difícil para os EUA tendo em vista que se tratava de dois aliados ocidentais em confronto num contexto de Guerra Fria.

Antes que alguém possa sugerir que foi o equilíbrio de poder contra a União Soviética, e não os pesos distintos assumidos pela solidariedade que definiu o escolha americana nas Malvinas, é importante observar que não havia nenhum risco da Grã-Bretanha da Margareth Thatcher aderir ao bloco soviético ou com ele ter algum acordo, e nem mesmo a Argentina governado por uma ditadura militar de direita. Pensar que os ingleses colocariam em questão o lado do qual faziam parte na Guerra Fria é a hipótese mais irrealista de todas. O que pesou naquele momento de poder foi a solidariedade prevalecente numa rede mais complexa de empatias, bem longe de ser unidirecional. A guerra das Malvinas jamais sequer trincaria as relações consolidadas no Atlântico Norte em plenos anos 1980. A neutralidade, que a princípio seria a saída mais esperada tanto do ponto de vista das instituições internacionais quanto das relações de poder estrito senso, foi de fato abandonada pelos Estados Unidos a favor da Inglaterra porque essas duas nações compõem o centro solidário do Ocidente desde a Carta do Atlântico de 1941, ao qual a Argentina deriva depois inclusive.

### **Solidariedade em grandes guerras**

Com relação às grandes guerras, a solidariedade também desempenhou um papel crucial. As teorias da política internacional costumam atribuir ao desequilíbrio de poder a explicação por tão grande desestabilização e violência no mundo (MORGENTHAU, 2003, HOFFMANN, 1963 e ROSECRANCER, 1966). Também é bastante comum análises sobre dilemas de segurança e cálculos racionais estratégicos para explicar comportamentos mais ou menos agressivos ou dissuasivos no sistema internacional (HERZ, 1950 e SCHELLING (1960 e 1966)). No entanto, é interessante observar de que maneira a solidariedade também afetou esses contextos tão deflagrados. Em ambas grandes guerras houve a formação de alianças que iam além dos jogos geopolíticos. Na Primeira, pesou consideravelmente a solidariedade inglesa, bem como francesa, contra a invasão alemã na Bélgica. Havia o entendimento de que o avanço militar da Alemanha representava uma ameaça a toda Europa, incluindo a própria Rússia. Embora não fizesse oficialmente parte da Aliança, os EUA também vieram a perceber que Alemanha era um perigo militar que extrapolava o continente europeu. Houve, assim, uma consciência coletiva

internacional que reuniu forças distintas contra os impérios alemão e austro-húngaro. Dessa consciência coletiva nasceu a solidariedade dos aliados, que consistia em defender interesses particulares comunitariamente.

Já na Segunda Grande Guerra, fica mais claro o papel da solidariedade. Os anos de 1914 e 1945 foram de desglobalização (FRIEDEN, 2006). Logo, foram também três décadas de declínio da interdependência internacional e de fortalecimento do nacionalismo, que enfraqueceu substancialmente a solidariedade orgânica criada pela Liga das Nações, e antes dela já por processos em andamento desde o século XIX. É, portanto, nesse caso, direta a relação entre perda de solidariedade e instabilidade internacional. A solidariedade foi dividida em duas grandes alianças concorrentes. De um lado, as democracias liberais, e mais tarde a própria União Soviética, e de outro, os regimes fascistas e nazifascistas. Mais uma vez, o mundo reagiu conjuntamente a uma tentativa de dominação alemã a partir de um entendimento de que seus destinos estavam atrelados numa mesma direção, criando, assim, laços solidários entre os aliados e os países que pouco a pouco foram a eles se agregando. Mais uma vez estava formada uma consciência coletiva internacional, ainda que parcial num momento de enfraquecimento da solidariedade globalizada face a ascensão dos regimes totalitários de direita.

A solidariedade por interdependência, desenvolvida em termos internacionais no século XIX com a primeira experiência de globalização, conviveu por um longo período com um sistema imperialista de poder. Havia uma globalização econômica acelerada, mas o mundo continuou muito dividido em termos políticos e militares. Essa interdependência apenas parcial gerou muita tensão e colapsou na chamada “nova guerra dos trinta anos”, entre 1914 e 1945. Ou seja, houve uma transição atribulada entre os modos de solidariedade por interdependência e imperial (COUTINHO, 2020). Realistas e liberais olharam cada um para apenas um lado da história. A paz não viria apenas da integração econômica como imaginavam os mais otimistas, e a guerra não seria como as outras sempre foram num contexto de transição para novos vínculos entre as nações. Eram guerras totais porque eram guerras de solidariedade fragmentada. Assim como o fim da Guerra dos Trinta Anos de 1618 a 1648 consagrou os Estados nacionais e fez emergir o sistema internacional moderno. O fim do período entre as grandes guerras do século XX consolidou a solidariedade internacional por interdependência entre as nações, após um começo muito tumultuado. A interdependência das economias nacionais gera um tipo de solidariedade, mas não substitui a interdependência política e social que gera uma solidariedade mais profunda. Na ausência desta, a instabilidade faz eclodir guerras totais sem paralelo na história, que talvez não possam ser bem entendidas de outra maneira. Na era de Impérios já previamente estabelecidos, a taxa de solidariedade internacional é mínima mesmo com uma globalização incipiente e uma solidariedade social doméstica cada vez mais orgânica. Por sua vez, mais do que transições de poder, são as transições de solidariedade que desestabilizam a política internacional.

Até o século XIX, ingleses e franceses eram inimigos rotineiros e protagonizaram as Guerras Napoleônicas. Algo modificou a maneira como esses dois impérios passaram a se ver, e uma aliança então se formou entre eles bem antes de qualquer ameaça alemã se concretizar. A explicação de que seria um inimigo alemão em comum para tal união não encontra respaldo histórico, já que a Alemanha sequer era ainda unificada quando Paris e Londres começaram a se

entender. Na perspectiva realista, a aproximação entre França e Inglaterra se daria estritamente por razões de equilíbrio de poder, aliás, a principal explicação geralmente dada à paz vitoriana (KISSINGER, 1994). O papel de novos laços de solidariedade na política internacional foi muito pouco explorado pelos analistas. Mas é fato que mudanças importantes dentro da Inglaterra aproximaram seus valores da França. Ambas as nações formaram regimes cada vez mais liberais, criando entre eles inequívocos pontos de identidade. Mais do que isso. O comércio se ampliou bastante, e o mercantilismo deu lugar ao livre-cambismo, inclusive com uma unidade monetária internacional, o ouro, que gerou um tipo inédito de entrelaçamento das economias.

O pressuposto hobbesiano mercantil de que riqueza é poder e poder é riqueza sofreu considerável mudança não porque tais ambições deixaram de existir, mas porque foram mediadas por outros tipos de vínculos internacionais. Começou a se desenvolver a ideia de destinos atrelados e desenvolvimento conjunto, que se não inexistente até então, era até antes da Paz dos Cem Anos no mínimo irrelevante. As novas tecnologias de transporte e comunicação - trens e embarcações a vapor e telégrafo – estiveram na origem das transformações que culminariam numa interdependência crescente entre as nações. O sistema europeu continuou anárquico do ponto de vista da ausência de um poder maior que os impérios, mas uma anarquia cada vez mais preenchida por laços de solidariedade, que ajudam muito a explicar o comportamento dos Estados já naquele período. Em 1860, França e Inglaterra fecharam um tratado de livre comércio abrangente que atraiu o restante da Europa. As duas antigas ferozes inimigas deram finalmente as mãos, que nunca mais largariam. Um acordo comercial semelhante entre suas pequenas unidades fragmentadas desempenhou um papel decisivo na própria unificação da Alemanha em 1871, que passou a se abrir ao restante do mundo. Pouco a pouco, foi se formando um mercado global (FRIEDEN, 2006), ainda insuficiente para criar uma paz perpétua kantiana, mas ao menos bastante duradoura em termos comparativos e suficiente para não ignorar outras forças atuantes nas relações internacionais que vão além do poder. Vale observar que laços regionais sul-americanas de solidariedade também tiveram no final do século XX o mesmo efeito pacificador nas relações entre Brasil e Argentina, dois antigos adversários que estiveram prestes inclusive a uma corrida nuclear.

Evidentemente, a transição de poder com o declínio relativo da Grã-Bretanha tem muito a dizer sobre as Grandes Guerras, sobretudo, sua crescente incapacidade de gerir o sistema como o fiel da balança (KISSINGER, 1994). Não quero com a solidariedade diminuir a importância do desequilíbrio de poder e do fim das hegemônias, mas inseri-las num contexto mais profundo de laços que pilotam tais transições. Mesmo uma grande potência desenvolve laços de solidariedade, ainda mais se ela estiver em declínio ou em ascensão, amparando outras nações e precisando de amparos. Sem a solidariedade desenvolvida entre Inglaterra e França os dois países provavelmente ainda estariam na Guerra dos Cem Anos ou em algum outro conflito violento que sempre os caracterizou. A “máquina do juízo final” existe a partir de acordos militares cada vez mais fechados e antagônicos, que diminuem a flexibilidade do sistema. Porém, tal máquina terrível não tem vida própria para sozinha desencadear a guerra. Essa é a minha principal discordância das visões geopolíticas que desconsideram os relacionamentos solidários, achando que não passam de idealismo. A máquina da guerra só é construída e posta para funcionar porque mudanças profundas acontecem nos padrões de solidariedade internacional, sem os quais tratados e o uso das armas não podem ser compreendidos. Uma corrida armamentista acontece



porque antes de qualquer escolha militar existe um tipo de reciprocidade que os une ou afasta, gerando maior ou menor segurança. A Primeira Grande Guerra é resultado de muitos fatores. Todavia, todos eles se encaixam quando se tem mente uma transição de solidariedade em curso no mundo que ainda é dividido por impérios coloniais.

Importância ainda maior assume a solidariedade na Segunda Guerra Mundial, pois este confronto, mais do que todos os outros, rivalizou não apenas territórios, mas sobretudo sistemas sociais diferentes. A luta não era por poder pura e simplesmente, mas por um estilo de sociedade. As sociedades democráticas se uniram de uma forma solidária contra o fascismo que marcaria a história para sempre. No caso da União Soviética, também estava em disputa uma ideologia política. Os soldados lutavam pelo seu país, mas sobretudo por uma identidade agregadora muito além de crenças religiosas. Não se tratou de uniões pela fé, em nome de Deus, ou de posses territoriais, mas de uma solidariedade entre homens e mulheres que compartilhavam as mesmas visões de mundo. Tentar reduzir esta grande guerra a um jogo tradicional de poder é a maior das hipóteses irrealistas. Nada poderia estar mais distante da realidade do que imaginar que os líderes mundiais agiram preocupados naquele momento sobretudo com seus respectivos territórios. Muito mais do que o expansionismo territorial alemão ou japonês, os aliados temiam perder as características das suas sociedades que os vinculavam e amalgamaram a solidariedade entre eles.

A solidariedade pós-Nações Unidas é ainda mais clara como força organizadora da política internacional. Inúmeros tratados, acordos e declarações expandem os laços solidários para além dos Estados, alcançando também os indivíduos. O holocausto foi a principal razão por precipitar regimes globais em defesa dos direitos humanos. Muitas intervenções internacionais foram marcadas desde então pela ambiguidade de terem sido motivadas por interesses comerciais e políticos e menos pelos direitos das pessoas propriamente ditas. Em que pese tal discussão, o fato é que, pela primeira vez, as guerras foram legitimadas por princípios que fugiam às tradicionais regras da soberania nacional. Além disso, o bloco vencedor das democracias passou a aprofundar seus vínculos, de uma maneira que deixou de existir quaisquer hipóteses de confronto armado entre tais regimes. Revigorado pela Carta do Atlântico de 1941, consolidou-se o Ocidente, precipitando, inclusive o fim do colonialismo, a partir de uma solidariedade que se estendia às nações dominadas até os anos 1970. O Ocidente, bem como partes diferentes do mundo como o Cone Sul, desenvolveu uma cultura kantiana (WENDT, 1999). Não só deixou de haver conflitos armados entre seus integrantes, como o ataque a um deles passou a ser de fato um ataque a todos os membros do grupo. Uma consciência coletiva ocidental, que incluía até mesmo países não ocidentais como o Japão e a Coreia do Sul, tornou ainda mais difícil compreender a política internacional sem os seus laços de solidariedade. Tal vínculo de empatia não se limitava aos países ricos. O apoio do Brasil à Argentina na Guerra das Malvinas, contra a posição inglesa e norte-americana, é mais uma vez prova da solidariedade também fora dos centros globais, que não se limitava à economia, mas que sedimentou a integração regional no Mercosul, sepultando antigas rivalidades à medida que a interdependência entre os países crescia nos anos 1980 e 1990.

Após as grandes guerras, sobretudo depois da Guerra Fria, há um alinhamento das solidariedades doméstica e internacional. Se antes havia uma dissociação entre a solidarie-

dade orgânica nas sociedades nacionais e internacionais com a competição extrema entre os impérios, depois de 1945 começa a existir uma convergência que se tornará mais clara depois 1990. Na Guerra Fria entre EUA e URSS havia dois campos de solidariedade bem divididos. O Plano Marshall, o Plano Colombo e o acesso ao mercado americano, por exemplo, são ações solidárias dos Estados Unidos face a ameaça das revoluções socialistas, não sob pretexto de um domínio político, mas efetivamente a reconstrução da Europa e o desenvolvimento do Japão e Tigres asiáticos. Sem a URSS haveria essa solidariedade americana? Não é possível responder a essa pergunta contrafactual, mas está claro que, à época, os EUA já tinham rompido seu isolacionismo anterior, eram anticolonialistas, estavam imbuídos de um espírito multilateralista e que conseguiram se tornar hegemônicos com a ajuda do Ocidente ao qual também ajudou, num processo de interdependência crescente. É claro que existiram também interesses por trás dessa cooperação internacional, mas tal cooperação provavelmente existiria mesmo sem um oponente do outro lado, como aliás, aconteceu nos anos 1990 quando já não havia URSS e os americanos continuaram a sustentar as Nações Unidas e a apoiar a União Europeia. Organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional prestavam solidariedade financeira condicionados às reformas estruturais nas economias porque a lógica do mercado global já prevalecia sobre as razões geopolíticas tradicionais. O liberalismo benigno americano fomentou o seu próprio declínio relativo, em relação ao Japão, à União Soviética e até mesmo à China “comunista”. Uma abordagem centrada na solidariedade é mais capaz de explicar por que, afinal, uma superpotência opta por perder poder relativo mesmo depois que a Guerra Fria acabou. E foi justamente isso que os EUA fizeram.

Durante a Guerra Fria travada entre EUA e URSS, muito mais do que uma luta pela hegemonia de poder, estava sendo travada uma luta pela hegemonia ideológica sobre como deveria ser a sociedade, embate este que criou uma cadeia de solidariedade dual com o centro em Washington e Moscou. Era uma cadeia de interdependência política, pois a sobrevivência de um aliado significava um risco para as demais sociedades. Mesmo as superpotências sendo menos dependentes dos aliados para sua própria segurança em termos estritamente militar-nucleares (WALTZ, 1979), elas precisavam dos demais para manter viva seu modelo social, que dificilmente sobreviveria isolado de todo o mundo com o predomínio do oponente. Bretton Woods aprofundou muito os laços comerciais no novo Ocidente. E depois de 1971, com o passar das décadas, a globalização criou uma teia relações econômicas interdependentes sem igual na história da humanidade (FRIEDEN, 2006 e COUTINHO, 2012). A globalização também influenciou muito uma convergência de valores e comportamentos sociais, principalmente, após o declínio da União Soviética, a difusão da TV e a consolidação da rede internacional de computadores. Tudo isso fez com que houvesse uma consciência global crescente, acompanhada por uma rápida mudança da solidariedade bipolar para outra universal. Porém, ambas caracterizadas pela interdependência em torno não só do dólar, mas dos valores que não eram só americanos, mas, à essa altura, compartilhados individualmente por inúmeros países, formando a maior consciência coletiva que a história já viu desde a hegemonia católica, restrita à Europa medieval.

Essa consciência coletiva global trouxe alguma coesão à anarquia internacional, mais ou menos como a solidariedade orgânica trouxe coesão às sociedades capitalistas internamente. Todavia, isso durou pouco, pois antes mesmo da ascensão chinesa significar uma ameaça pre-

sente aos EUA em termos de poder, mudanças tecnológicas profundas, em particular, a digitalização do mundo e as redes sociais, impactaram sobre os indivíduos de maneira tão forte que mexeu com os seus laços de solidariedade. O padrão por interdependência predominante foi pouco a pouco sendo substituído pelo da solidariedade provisória, bem ao estilo do mundo líquido de Bauman, como já mencionado antes (COUTINHO, 2020a e 2020b). Em tal solidariedade provisória como a defino, a atração entre as pessoas, organizações e estados não é permanente, ela é interina, abrindo brechas para ser cortada pelo seu efeito contrário, a repulsa ou apenas a indiferença. Daí porque as conexões serem instáveis. A globalização aumentou a interdependência e, assim, aprofundou um tipo de solidariedade orgânica em âmbito doméstico e internacional numa grande convergência de níveis para uma só consciência coletiva, que alguns se precipitaram ao chamar de fim da história (FUKUYAMA, 1992). No entanto, essa solidariedade sofreu mudanças mais recentes e hoje funciona de maneira cada vez mais defeituosa, com lapsos de solidariedade que desestabilizam as relações internacionais.

## Conclusão

Ações violentas americanas como a bomba de Hiroshima e o agente laranja no Vietnã não têm absolutamente nada de solidárias. É claro que existem inúmeros outros eventos violentos perpetrados por diferentes países em diferentes épocas, e que não podem ser interpretados sob a ótica da solidariedade a não ser por quem os critica. Essas ações também compõem a história da política internacional. Este artigo não quis esconder tal violência ou oferecer uma visão idealista sobre ela. Se tais comportamentos fossem predominantes, haveria evidentemente menos sentido explicativo numa teoria da solidariedade para compreender o mundo, mas apenas para transformá-lo. E se o darwinismo viesse a dominar a política internacional, eu seria o primeiro a retirar essa teoria como proposta de explicação, e a colocaria no rol de um projeto político apenas. Escrevi este artigo para mostrar que estes comportamentos apenas hostis e agressivos não são predominantes, que o mundo não é feito majoritariamente deles, mesmo quando há guerra. Alguns eventos históricos foram levantados aqui como possíveis casos que demonstrariam a validade desta teoria. Evidentemente, é preciso mais estudos para que viéssemos a ter mais informações a respeito. Estimular tais estudos sobre solidariedade na política internacional foi também objetivo do texto. De toda forma, entendo que o mundo seria inviabilizado se fosse apenas uma sucessão de eventos nocivos. Cada uma das suas versões não duraria muito tempo, sendo constantemente redefinido e redefinido num *looping* eterno, completamente entregue à sua própria anarquia. Escrevi este artigo para defender uma outra forma de ver como as coisas funcionam para além de um realismo restrito, que acaba por obscurecer o conhecimento que temos sobre as relações internacionais. A proposta deste texto foi apresentar uma teoria da solidariedade porque acredito que ela pode nos fazer entender melhor o mundo moderno, ainda que ele também seja feito de barbaridades.

Mesmo quando o mundo está cheio de ações insolidárias, nos seus piores momentos, as redes de solidariedade o organizam. A civilização não teria chegado tão longe apenas com os instintos egoístas destrutivos da humanidade. Há algo a mais que torna coesa as unidades do

sistema anárquico por tempos prolongados e que estabiliza alguma ordem, e não é o medo ou a coerção. Até mesmo o pai do individualismo egoísta, Adam Smith, via a empatia como um sentimento moral base para a competição na sociedade, a partir de um egoísmo que podemos chamar de piedoso. Um realismo que ignora a empatia não passa também de uma teoria normativa por outros meios, ao estilizar o comportamento humano, vendo nele apenas um dos seus lados. Uma teoria normativa é aquela que elege apenas um lado das normas humanas e a prescreve como um dever ser, desejável ou inevitável, seja o egoísmo cruel ou a benevolência romântica, ambas partes da vida, embora só uma delas tenha condições de construir algo mais longo do que ela própria. Pois é justamente a empatia que cria vínculos e estabiliza relações é que tem sofrido mudanças profundas provocadas na mente humana pelas novas tecnologias digitais.

A geopolítica sem uma compreensão dos laços de solidariedade entre os Estados é como procurar entender a dinâmica de uma batalha sem a moral da tropa, apenas pela hierarquia militar ou pela quantidade de armas disponíveis, pois as tropas se unem e agem não simplesmente porque obedecem ordens superiores e enfrentam um adversário mais ou menos poderoso, mas sobretudo porque compartilham vínculos que vão muito além das regras da guerra *strictu sensu* numa equação de forças materiais. Atores que fazem escolhas dentro de parâmetros da racionalidade jamais entrariam numa guerra que acham que vão perder ou morrer porque são mais fracos. No entanto, eles fazem com certa frequência ao longo da história, justamente porque os atores racionais têm compromissos e solidariedade que os impulsionam ao confronto mesmo estando em uma posição desfavorável. E atores mais fracos podem vencer, como nos mostram as experiências do Afeganistão, sob domínio soviético, e do Vietnã, atacado pelos EUA. A solidariedade é a maior arma de dissuasão em massa que existe, seja ela emanada desde dentro das nações, seja mesmo oriunda externamente.

Os tempos mudam, os contextos se alternam, e pode mudar também a relação existente entre duas variáveis. O artigo procurou apresentar de que forma o aparecimento da solidariedade por interdependência mudou o mundo e criou atritos com antigas estruturais imperiais remanescentes do absolutismo. Tais tensões foram em grande medida responsáveis pela dimensão tomada pelas grandes guerras entre Estados nacionais. Ou seja, até certo ponto, um novo tipo de solidariedade ajudou a desestabilizar o sistema ou a criar nele uma fissura maior do que de costume. O resultado da primeira globalização no século XIX foram terríveis guerras na primeira metade do século seguinte, que desglobalizaram ou desconectaram o mundo pela primeira vez. Mas, naquele fim, a solidariedade por interdependência prevaleceu sobre o imperialismo colonial e uma nova ordem nasceu com as Nações Unidas. A segunda onda de globalização a partir dos anos 1970 aprofundou os laços entre os países ainda mais. Após um período de solidariedade bipolar que dividia o planeta na Guerra Fria entre EUA e URSS, esse padrão de solidariedade se tornou hegemônico. Não à toa, as guerras convencionais caíram em número e intensidade em todo o mundo a ponto de se tornarem obsoletas. A solidariedade exerce uma força gravitacional, que mantém unidos os países assim como os indivíduos, num tipo mais complexo de coesão que organiza e estabiliza a anarquia internacional.

No entanto, argumentei aqui que a queda no nível de solidariedade, observada nos últimos anos e retrata desde trabalhos sobre a mente humana até as relações internacionais, por conta de fenômenos mentalmente penetrantes ocasionados pela digitalização eletrônica,



redes sociais e inteligência artificial tem desestabilizado muito mais do que apenas as relações sociais, mas também todo o sistema internacional, derrubando inclusive pouco a pouco a proteção contra os conflitos armados. Ao menos é esta a hipótese com a qual trabalho. O mundo líquido de Bauman se estende agora à solidariedade orgânica de Durkheim, e inunda a política internacional como a conhecemos. Esse novo tipo de modernidade ou de pós-modernidade não altera exatamente a geopolítica das emoções (MOÏSI, 2009), pois as mantém mais ou menos como sempre estiveram nas últimas décadas ou séculos. Porém, afeta de maneira significativa a estabilidade de um tipo específico de emoção própria da empatia. A solidariedade hoje é o que chamo de provisória, e tal como a defino, ela tem gerado interrupções preocupantes nas boas relações internacionais cooperativas, abrindo uma janela histórica para uma nova guerra fria, tema este da maior preocupação deste trabalho. Solidariedade é sinônimo de estabilidade intragrupo, e de instabilidade intergrupo.

A solidariedade global provisória produz não só mais contradições no sistema, como também desconexões ou conexões instáveis na política internacional. Isto é, as relações até então cooperativas ou amistosas são frequentemente e cada vez mais interrompidas e abaladas pela competição desequilibrada, que já se materializa em muitas ações inclusive militares, que começam nas disputas pelo mercado de plataformas e geração de redes móveis, mas que vão muito além delas. Assim como outros autores (FERGUSON, 2020), também compreendo que EUA e China já protagonizam no século XXI um novo tipo de guerra fria de caráter, sobretudo, tecnológico, acirrada pela pandemia que trouxe um desequilíbrio econômico maior para o Ocidente. Se a teoria que proponho estiver correta, então, estamos observando um mundo em que a solidariedade ainda organiza a política dentro e fora das Nações Unidas. Porém, faz isso de maneira inconstante, abrindo brechas para inúmeros conflitos, entre os quais se desenvolve progressivamente então uma nova solidariedade bipolar, agora a partir de dois modelos de modernidade capitalista, um mais aberto e democrático, e outro mais fechado e autoritário, cada um deles gerando o seu próprio centro gravitacional já há alguns anos (IKENBERRY, 2011 e HALPER, 2010).

A solidariedade global provisória está permitindo o desengajamento do mundo (*decoupling*), numa dissociação que fragmenta ao mesmo tempo que fortalece laços solidários intragrupos, principalmente na órbita da liderança americana. Tal desacoplamento internacional não acaba com a globalização, mas limita muito sua coesão, com dois conjuntos de unidades que se auto-organizam em torno de solidariedades separadas. A solidariedade não é sobre fazer pelo outro apenas, mas principalmente sentir o que o outro sente. Em relações internacionais, isso significa desde compadecer-se com uma explosão ou um desastre natural que mata muitas pessoas, até mesmo temer uma invasão inimiga. Embora nem toda solidariedade gere ações conjuntas concretas, ela já opera na política internacional pelo simples fato de existir. O fato concreto é que estamos diante de um mundo altamente globalizado e instável sob duas grandes potências, EUA e China. As teorias neoliberais que sempre apostaram na integração internacional para a paz não explicam essa instabilidade, nem tampouco o neorealismo, que supunha mais estabilidade justamente em uma estrutura de poder bipolar. Por outro lado, a cultura mundial não mudou em termos de ideias fundamentais de maneira que servisse agora de explicação. O que aconteceu então? Essa é a resposta que precisa ser encontrada. Minha hipótese é que a solidariedade oferece um bom caminho para isso.

## Bibliografia

- ALDEN, Chris e ARAN, Amnon (2012). Foreign policy analysis: new approaches. New York: Routledge.hnjk
- BAUMAN, Zygmunt (2007). Tempos líquidos. São Paulo: Zahar.
- BOLTRON, Nick (2019). Superinteligência: quando a criatura quer ser o criador. São Paulo: Darksidebooks.
- BULL, H. (1977). The anarchical Society: a study of order in World Politics. London: Macmillan.
- COUTINHO, Marcelo (2008). Crises institucionais e mudança política na América do Sul. Rio de Janeiro: Edição do Autor.
- COUTINHO, Marcelo (2020a). “Distanciamento social e solidariedade provisória”. Revista Brasileira de Cultura e Política de Direitos Humanos.
- COUTINHO, Marcelo (2020b). “Pandemia e Desglobalização”. Revista Brasileira de Cultura e Política de Direitos Humanos.
- COUTINHO, Marcelo (2012). Relações Internacionais: Evolução e Teorias da Ciência do Mundo. Segunda Parte. Rio de Janeiro: Editora Gramma.
- DUNNE, Tim (2002). “The English School”, In REUS-SMIT, Christian e SNIDAL, Duncan. The Oxford Handbook of International Relations. Oxford OxfordUniversity Press.
- DURKHEIM, Émile (2007). Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes.
- FERGUSON, Neill (2020). America and China Are Entering the Dark Forest. New York: Analysis & Opinions, Bloomberg.
- FRIEDEN, Jeffry (2006). “Global Capitalism: Its Fall and Rise in the Twentieth Century. New York: Norton.
- FOLHAPRESS, (2020). China tem ‘catálogo de má conduta’ e EUA devem estar prontos para derrotá-la, diz Pentágono. <https://www.folhape.com.br/noticias/china-tem-catalogo-de-ma-conduta-e-eua-devem-estar-prontos-para/147916/>
- FOREIGN RELATIONS, (2020). “The New Big Brother – China and Digital Authoritarianism”. Washington: United States Senate Committee.
- FUKUYAMA, Francis (1992). The End of History and Last Man. New York: FreePress.

- GAZTAMBIDE-FERNANDEZ, Rubén A. (2019). “Descolonização e pedagogia da solidariedade”. Revista Teias.
- GLASER, Charles (2010). Rational Theory of International Politics: The Logic of Competition and Cooperation. Princeton: Princeton University Press.
- HALPER, Stgefan, (2010). The Beijing Consensus: How China’s Authoritarian Model Will Dominate the Twenty-First Century. New York: Basic Books.
- HARARI, Yuval Noah (2018). 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras.
- HARARI, Noah Y. (2019). Homo Deus: uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras.
- HERZ, J. (1950). “Idealist internationalism and the security dilemma”. World Politics, 2: 157-80.
- HOFFMANN, Stanley (1963). The State of War: Essays on the Theory and Practice of International Politics. New York: Praeger.
- IKENBERRY, John (2011). Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order. Princeton: Princeton University Press.
- KISSINGER, Henry (1994). Diplomacy. New York: Simon & Schuster.
- KNOCK, Thomas (1995). To End All Wars: Woodrow Wilson and the Quest for a New World Order. Princeton: Princeton University Press.
- KEOHANE, Robert (1982). After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press.
- LEE, Kai-Fu (2019). Inteligência artificial: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos. Rio de Janeiro: GloboLivros.
- LIMA, Maria Regina Soares de, COUTINHO, Marcelo (2006). “Uma versão estrutural do regionalismo”. In Eli Diniz, “Globalização, Estado e Desenvolvimento: Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- MBEMBE, Achille (2016) “The age of humanism is ending. África do Sul: no sítio do Mail & Guardian.
- MOÏSI, Dominique, (2009). Geopolítica das Emoções: Como as Culturas do Ocidente, do Oriente e da Ásia estão Remodelando o Mundo. São Paulo: Editora Elsevier.
- MORAVCSIK, Andrew (2002). “The new liberalism”. In REUS-SMIT, Christian e SNIDAL,

- Duncan. The Oxford Handbook of International Relations. Oxford Oxford University Press.
- MORGENTHAU, Hans. (2003). A política entre as Nações. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Editora Universal de Brasília.
- NYE, Joseph. e KEOHANE, Robert (2011). Power & Interdependence. New York: Longmann Classics of Political Science. Quarta Edição.
- ROSECRANCE, Richard (1966). "Bipolarity, multipolarity, and the future". Journal of Conflict Resolution. Vol 10.
- ROSENAU, James (1964). Pre-theories and theories of foreign policy. In R.B. Farrell (ed). Approaches to Comparative and International Politics, Evanston, Il: Northwestern University Press.
- SCHELLING, Thomas (1960). The Strategy of Conflict. Cambridge: Harvard University Press.
- SCHELLING, Thomas (1966). Arms and Influence. New Haven: Yale University Press.
- SCHOLZ, S. J. (2008). Political solidarity. University Park, PA.: Pennsylvania State University Press.
- SNYDER, Richard et ali (1954/2012). Decision-making as an approach to study of international politics. Literary Licensing, LLC.
- SINGER, David (1961). "The level-of-analysis problema in international relations". World Politics. Vol. 14, n0 1, pp77-92.
- SPROUT, Harold and Margaret (1956). Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics, Princeton: Princeton University Press.
- STEIN, Janice G. (2008). "Foreign policy decision-making: rational, psychological, and neurological models". In Smith et ali, Foreign Policy: theories, actors, cases. Oxford: Oxford University Press.
- STEINMO, Sven et ali (1992). Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis. Cambridge, Cambridge University Press.
- STIEGLER, Bernard (2019). The Age of Disruption: Technology and Madness in Computational Capitalism. Cambridge: Policy Press.
- STJERNO, S.(2005). Solidarity in Europe: The history of an idea. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press.



TILLY, Charles (1990). *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990*. Oxford: Blackwell.

TURKLE, Sherry (2012). *Alone together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other*. New York: Basic Books.

WALTZ, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. Illinois: Waveland Press, Inc.

WALTZ, Kenneth (2004). *O Homem, o Estado, e a Guerra*. São Paulo: Martins Fontes.

WENDT, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

WIGHT, Martin (1977). *System of States*. Leicester: Leicester University Press for the London School of Economics and Political Science.